

As articulações políticas na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)

The political joints at the criation of the Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)

por [Eduardo Ismael Murguia](#)

-

Resumo: O presente trabalho pretende descrever historicamente a trajetória das instituições, os atores e as práticas bibliográficas e documentárias no momento da criação do IBBB, propondo que essas trajetórias obedeceram a uma determinação política específica de validação científica e administrativa do século XX. A questão política não foi mero pano de fundo dos acontecimentos. Pelo contrário, tanto o IBBB como seu antecedente imediato, a Biblioteca do DASP, nasceram dentro de instituições com alta participação nas políticas administrativas e científicas. O trabalho se divide numa apresentação introdutória e delimitativa do tema, na qual são apresentados os princípios e hipóteses que nortearão a proposta. Outra parte insere a criação do DASP e sua biblioteca dentro das propostas modernizadoras da burocracia governamental no primeiro governo Vargas. E outra parte correspondente segundo governo Vargas, sob o qual as políticas eram influenciadas por órgãos internacionais que fomentavam o desenvolvimento de sistemas de difusão e pesquisas científicas e tecnológicas, dando lugar ao IBBB.

Palavras-Chaves: História da ciência da informação no Brasil; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Abstract: This paper tries to describe, since an historical point of view, the trajectories followed by bibliographical and documentation institutions, actors and practices at the moment when the IBBB was created; it also submits the proposal that these trajectories due at a political and administrative twentieth century's determination. The political matter wasn't scenario wich served as a landscape. By the contrary, the IBBB and its former institution, were born into institutions with a high political and administrative roles. The paper was divides into three parts. The first one, is an introduction, it tries to demark the object and method that guides the proposal. The second, relates the DASP with the modern administrative innovations in the first Vargas government. And, finally, shows how the IBBB born obeyed at another Vargas moment where policies were influenced by international institutions o scientific and technological aids.

Keywords: Brazilian information science history; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Introdução

Nenhum saber se mantém inalterado ao longo do tempo. Esses saberes não aparecem nem existem isoladamente num plano metafísico, mas são sempre submetidos e controlados por diversas epistemes e instituições que os validam e regulamentam. A arregimentação dos saberes, por outro lado, é realizada de forma múltipla e nem sempre direcionada, embora ela se articule na racionalidade e na ordem que as instituições lhes imprimem. Para [Day](#) (2000) a ciência é o elemento principal de legitimação na modernidade, motivo pelo qual no século XX todas as profissões almejavam ser chamadas de “ciência”. As profissões são práticas e também “*profissionais*” quando legitimadas por certas instituições; da mesma forma, podem tornar-se teóricas quando decidem intervir e organizar, a partir de si mesmas, um discurso que sustente sua racionalidade. As práticas profissionais e seus discursos existem dentro de espaços sociais, razão pela qual devem justificar sua existência, suas técnicas e tecnologias conforme os interesses sociais. Esta última questão é importante quando se põe em dúvida a necessidade social de uma profissão, quando ela é nova ou quando ela própria se percebe dentro de uma conjuntura onde sua legitimidade está em crise.

Nesse sentido poderíamos afirmar que profissões como a biblioteconomia precisaram, a determinada altura do século XIX ou XX, enunciar e desenvolver seus discursos e suas práticas profissionais para achar uma legitimação social que a incorporasse às ciências. O aparecimento, no século XIX, das Ciências Humanas coloca problemas onde o homem (*individual ou coletivo*) aparece pela primeira vez como objeto de estudo. Mas da mesma forma que emerge esse objeto, faz-se necessário também recorrer a um método pelo qual ele fosse não só delineado, mas também analisado. Um dos métodos (*arcabouço teórico ou filosófico*) desse momento foi o positivismo.

O positivismo se constituiu na biblioteconomia, ponto de chegada e partida (*simultaneamente*) da criação de seu estatuto científico, pois foi munido desse conhecimento que [Paul Otlet](#) instituiu as bases de sua nova ciência do livro: a documentação. Como toda ciência moderna, a documentação articulou sua validação, acima de tudo, no fato de ela se tornar imprescindível para a existência do próprio fazer científico, auxiliando-o com um trabalho de maximização da produtividade da ciência. A Documentação também colocava: a) a criação de um objeto (documento) com a necessidade do seu tratamento objetivo e positivo expresso na discursividade materializada em artigos, livros e tratados, b) suas práticas específicas, que pressupunham técnicas também específicas de tratamento documental, além de incorporar o que se tinha de mais avançado em tecnologia para colocá-la a serviço da documentação, e) as instituições documentais.

[Rayward](#) (1998) menciona que em 1891 Otlet começa a trabalhar na Sociedade de Estudos Sociais e Políticos, cujo programa bibliográfico era dirigido por Henri La Fontaine. Dois anos depois eles renomeariam essa seção como Escritório Internacional de Bibliografia Sociológica. Aprofundando seus estudos bibliográficos, em 1895, “descobrem” o Sistema de Classificação Decimal de Melvil Dewey, o que os leva a pensar que poderiam desenvolver um sistema universal de catalogação. Ainda nesse ano os dois colegas convocam a Primeira Conferência Internacional de Bibliografia, na qual se decide criar o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), cuja sede ficaria em Bruxelas, no Escritório Internacional de Bibliografia (*International Office of Bibliography, OIB*). De uma forma não totalmente oficial, esse escritório foi instalado no Ministério de Interior da Bélgica, cabendo a esse órgão elaborar um Repertório Bibliográfico Universal (RBU), de acordo com o sistema de classificação de Dewey. Assim, durante vinte anos, o IIB/OIB se tornou o núcleo da institucionalização internacional da documentação.

Ainda sobre a institucionalização da documentação, [Lopez Yepes](#) (1995) chama a atenção para o fato de que em 1931 o IIB passa a se chamar Instituto Internacional de Documentação, trasladando-se para Haia e passando a ser conhecido desde 1938 como Federação Internacional de Documentação (FID). Para o autor a mudança de nome da instituição traduz as mudanças internas administrativas e conceituais. Administrativas no sentido de reiterar o caráter internacional da organização; e conceitual no sentido de ultrapassar o controle bibliográfico geral para encontrar os meios de utilização da bibliografia científica dentro de um campo especializado. O mencionado autor destaca que as bibliotecas nacionais, diferentemente das bibliotecas especializadas, não viam com entusiasmo o uso da Classificação Decimal Universal (CDU), que era uma adaptação europeia do sistema norte-americano, para a classificação dos seus fundos. Os bibliotecários consideravam ainda que os documentalistas eram recém-chegados, o que originou a separação entre o bibliotecário preocupado com a sala de leitura e o documentalista preocupado com o laboratório. Interessada pelo usuário, a documentação lidava com todo tipo de material que pudesse servir para um assunto, projetando-se, dessa maneira, para sua relação com a ciência e a técnica.

[Lopez Yepes](#) (1995) prossegue afirmando que, obviamente, o aparecimento da nova ciência da documentação fragmentou a biblioteconomia. Dessa forma, o conceito integrador de Otlet foi sofrendo fragmentações, levando à polarização de bibliotecário/documentalista. A polêmica deu lugar a que, entre outras vertentes, três mereçam nossa atenção: aquela que considera a biblioteconomia como parte da documentação (Briet, Shera); aquela que justapõe as duas atividades, baseando-se na concepção de que a biblioteconomia se preocupa com as Humanidades e a documentação com as Ciências. E uma visão que via a biblioteconomia e a documentação como atividades paralelas (*Coblans*), embora a documentação fosse mais ágil e agressiva que a Biblioteconomia. Quanto à documentação no Brasil, [Fonseca](#) (1988) remonta sua introdução aos trabalhos de Juliano Moreira na Sociedade de Cirurgia e Medicina da Bahia, de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro e do engenheiro Vítor Alves da Silva Freire na Escola Politécnica de São Paulo. Quatro ou cinco anos depois de criado o IIB em Bruxelas, introduzem o CDU em seus respectivos centros.

Diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1921, [Manuel Cícero Peregrino da Silva](#) construiu o prédio atual da biblioteca, criou o curso de biblioteconomia e fundou o Serviço de Bibliografia e

Documentação conforme as exigências do IIB. Porém: *"É lamentável que os sucessores imediatos de Manuel Cícero Peregrino da Silva na direção da Biblioteca Nacional não se tenham interessado por esse Serviço de Bibliografia e Documentação, no qual foram previstas quase todas as peças dos modernos centros de documentação."* (Fonseca, 1988, p. 89).

Embora careçamos de mais elementos para enunciar uma afirmação, intuímos que a Biblioteca Nacional, nesse momento, privilegiou mais os estudos bibliográficos do que os catálogos. Os estudos bibliográficos tiveram grande aceitação nos meios acadêmicos. Ainda em 1977, Fonseca (1988) acreditava que a bibliografia era uma ciência e não uma técnica auxiliar, chegando a afirmar que era mais válida que a própria biblioteconomia. No Brasil, os estudos bibliográficos se iniciaram com o diretor da Biblioteca Nacional de 1870 a 1882, Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Porém, o sentido de ciência que Fonseca (1988) atribui à bibliografia é positivista do século XIX, para o qual bastava ter um objeto e um método pretensamente universal para se fazer ciência. Atitude totalmente diferente da visão científica do século XX, preocupado mais com a produtividade da própria ciência e com seu enquadramento social através de suas instituições.

Nesse sentido, aquilo que Fonseca (1988) identifica como os outros passos para a chegada da documentação no Brasil (a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, IBBD) vinham ao encontro desse novo sentido dinâmico da ciência. Além do que, visto em retrospecto, essas duas instituições conseguiriam incorporar e incorporar-se socialmente, validando e validando-se no dinamismo científico de um novo conceito (*a informação*) e uma nova prática científica (*a ciência da informação*).

Dessa forma, pretendemos acrescentar para a discussão da história da documentação no Brasil a hipótese de que não são apenas as ideias e as reflexões filosóficas que constroem uma disciplina, mas também suas instituições e seus agentes. Acrescentamos que a construção dessas instituições, a atuação dos seus agentes e até a enunciação de suas próprias ideias são determinados por poderes que, no caso de um Estado centralizador como o brasileiro, se exercem por meio de disposições e negociações legais resolvidas na esfera política. Para demonstrar essa hipótese, adotamos uma narrativa cronológica e aparentemente fatural não pela crença de acharmos esses acontecimentos verdadeiros e objetivos, mas sim com a intenção de mostrá-los através do pragmatismo legal. Também optamos por descrever, na medida das limitações de nossas fontes, as minúcias das articulações políticas dos seus agentes e as determinações oficiais sobre aquilo que o Estado desejava de uma instituição.

O primeiro governo Vargas

No Brasil, os anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) coincidem com o Estado Novo (1937-1945). O Estado Novo teve como antecedente a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, pela qual ele se torna chefe do Governo Provisório de 1930 a 1932. Em 1934 a Assembleia Constituinte aprova nova Carta Magna e Vargas se torna presidente constitucional por eleição indireta, de 1934 a 1937. O clima de instabilidade econômica e política dos anos prévios à grande guerra ofereceu a oportunidade para que, novamente Getúlio Vargas, sob o pretexto da ameaça comunista e adiantando-se às eleições programadas para 1938, desferisse um golpe de Estado que o manteve no poder de 1937 a 1945. Ainda em 1937, promulga-se nova Constituição, que traduzia e transferia todos os poderes possíveis para Vargas se sustentar no poder.

Em discurso proferido no palácio Guanabara, em 1939, Vargas sintetizou, de forma admirável, como ele via o Estado Novo, frisando que o governo desejava a cooperação de todas as classes, não querendo que houvesse predomínio de nenhuma, e que o país devia ser uma unidade de raça, língua e pensamento. O que dizer disso? Antes de tudo, o Varguismo tinha um projeto de modernização através da indústria e via a industrialização através de um capitalismo nacional, com o devido apoio do Estado em setores em que o investimento privado não tivesse

condições de atuar. Foi precisamente para pôr em prática tal projeto que Vargas assumiu plenos poderes. (Lopez, 1997 p. 38-39)

Interessa resgatar o aspecto de modernização que a era Vargas foi capaz de imprimir ao Estado brasileiro. Nesse sentido, a modernização significou a possibilidade e a capacidade de imprimir ao Estado a racionalidade necessária para seu próprio funcionamento, de forma a poder responder às necessidades administrativas e produtivas da sociedade industrial em fase de implantação nessas décadas. Cabe mencionar ainda que essas medidas foram realizadas graças ao autoritarismo que caracterizou esse governo: *"Medidas concretas e políticas ativas, entre as quais merecem destaque a censura aos meios de comunicação, a racionalização do serviço público, a política educacional e a própria legislação social."* (Vianna, 2001, 147). Por esses motivos, o Estado Novo promoveu uma reformulação da administração pública. Buscava-se a eficiência da burocracia, voltada aos interesses profissionais de gestão, desvinculada de qualquer participação partidária e dedicada aos interesses nacionais. Foi dentro desse projeto de modernização burocrática que se criam o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, sendo que este último,

"como órgão ligado à Presidência da República, tornou-se a agência responsável pelas tentativas de imprimir racionalidade ao serviço público e introduzir critérios de eficiência na administração governamental. Ao Dasp foram atribuídas importantes funções, como a de exercer controle centralizado sobre o funcionalismo, a de supervisionar compras de material e a de dar assistência ao presidente na revisão das propostas legislativas. Concursos para ingresso no setor público, planos de carreira e regras formais de promoção baseadas no mérito foram estabelecidos." (Vianna, 2001, 147).

Em última instância, o DASP procurava a formação de quadros que pudessem, desde uma perspectiva profissional, dar conta de uma administração pública racional e eficiente, evitando a inoperância ocasionada pelo favoritismo partidário. No entanto, setores da sociedade precisavam também de capacitação dos seus quadros. Pretendia-se também estabelecer maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito. Desde a sua criação até o fim do Estado Novo, o DASP foi presidido por Luís Simões Lopes. Entre suas principais realizações figura a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, primeiro documento desse tipo no Brasil.

Com a queda de Vargas em outubro de 1945, o DASP passou por profundo processo de reestruturação, que resultou no seu parcial esvaziamento. Mencionamos brevemente que antes, em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado, de 1932 a 1945, por Gustavo Capanema, demonstrando uma intencionalidade governamental que respaldava a continuidade política de modernização da educação. Criaram-se universidades e a educação secundária foi uniformizada por meio de currículos articulados em ciclos. A educação secundária também se tornou obrigatória e sua conclusão foi um requisito para o ingresso no ensino superior. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, permitiu as condições para a criação do SENAI e do SENAC com o objetivo de qualificar mão de obra para esse setor da economia ao qual respondiam.

Um ano depois da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dentro de uma visão mais ampla da capacitação profissional como dever do Estado, se reinstituiu o curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional. O curso de profissionalização do bibliotecário fundado em 1911 havia sido fechado em 1923, quando a formação desse profissional deixa de ser obrigação da Biblioteca Nacional, passando a ser responsabilidade do Museu Histórico Nacional, que formaria um profissional ao mesmo tempo bibliotecário, arqueólogo, paleógrafo e arquivista. Prosseguindo com a estruturação do funcionalismo público, Getúlio Vargas assina em 1931 o Decreto 20.673, pelo qual reabre o curso de bibliotecário da Biblioteca Nacional extinto em 1923. Pelo dispositivo legal, o curso voltava à responsabilidade da Biblioteca Nacional.

O documento é minucioso e pormenorizado no que se refere às disciplinas, conteúdo e localização delas na grade. Os pré-requisitos do curso incluíam a conclusão do quinto ano do ensino secundário em colégio de autorizado e inspecionado pelo governo. Diz ainda o decreto: *Aos possuidores de certificado do Curso de Biblioteconomia, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para promoção nos cargos da Biblioteca Nacional, até o de sub-bibliotecário, e para provimento efetivo, interino, contratado ou em comissão no cargo de bibliotecário de qualquer departamento ou repartição federal, excetuado nos cursos em que exigir o cargo de competência especializada* ([Decreto](#) 20.673, Artigo 14).

Fica claro que esse decreto, consoante à política de Vargas, reflete a política de capacitação de funcionários que, no caso da Biblioteca Nacional, passam a ser contratados pelo mérito. Essa lei transparece ainda o intento do governo de terminar com os postos de favores políticos, imprimindo à burocracia um caráter profissional no cumprimento de suas funções. O Decreto Lei 579 (1939) que criava o DASP, no Artigo 11 do Capítulo II, mencionava que além das Divisões, o DASP teria os seguintes Serviços Auxiliares para atender às necessidades comuns: Biblioteca, Serviço de Comunicações, Serviço de Mecanografia, Serviço de Material e Serviço de Publicidade. E, no Artigo 12, menciona que os Serviços Auxiliares seriam orientados e liderados por um chefe nomeado em comissão pelo presidente da República, e cada Serviço Auxiliar seria chefiado por um funcionário designado pelo diretor do DASP.

Foi nomeada como diretora da biblioteca da instituição [Lydia de Queiroz Sambaquy](#), que acabara de voltar dos EUA depois de completar seus estudos em biblioteconomia, viagem que contou com o apoio do ministro Capanema – com quem ela manteria um estreito vínculo ([Oddone](#), 2004).

Pouco a pouco, sob a direção de Lydia, a biblioteca do DASP ganhava corpo, força e visibilidade. Ao fundo, sob a aparente pressão do cotidiano, encoberta ainda pelos laços de amizade e de parentesco, pelas incertezas e obstáculos a superar, uma Biblioteconomia tipicamente brasileira emergia, procurando seus modelos, selecionando seus parceiros e aliados, articulando seus fundamentos, estendendo lentamente sua rede. ([Oddone](#), 2004, p. 75)

Em seguida, em 1940 o Serviço de Publicidade se converte em Serviço de Documentação. Conforme a Lei, em seu Artigo 2, cumpria ao Serviço as seguintes funções: *a) coligir, ordenar, classificar, guardar, conservar e publicar os textos documentários, elementos estatísticos e dados discriminativos referentes às atividades do Departamento; b) fornecer ao Departamento de Imprensa e Propaganda, mediante solicitação, os elementos de que este necessitar para o desempenho de suas atribuições, bem como encaminhar ao mesmo o noticiário de suas atividades, cuja divulgação seja de interesse; c) reunir dados para o relatório anual do presidente do Departamento; d) promover a divulgação de trabalhos de interesse da administração pública.*

Mas se a legislação demarcava essas atividades, no momento da ação do Serviço de Documentação percebeu-se que: *"Estavam-se constituindo, naquele momento, as condições de possibilidades para um saber biblioteconômico nacional que buscasse sua especificidade e afirmasse sua autonomia, distinguindo-se de uma miscelânea de outras atividades profissionais de ordem administrativa, burocrática e técnica. Quase que imediatamente, os atores começaram a perceber a necessidade de ocupar novos espaços e empreender ações de extensão desse saber que se produzia e se acumulava nesse laboratório biblioteconômico que era a Biblioteca do DASP"* ([Oddone](#), 2004, p. 77). A seção Biblioteca do DASP dentro da Revista do Serviço Público, foi um dos espaços encontrados para difundir o trabalho do Serviço. Nesse espaço discutiam-se trabalhos inerentes à organização dos documentos, procurando um censo crítico na adesão a determinadas normas e códigos.

Embora [Oddone](#) (2004) considere questionável o curso de seis meses oferecido pelo DASP para que funcionários pudessem trabalhar como bibliotecários, pelo fato de serem mais uma questão burocrática do que profissional, consideramos que desde o ponto de vista da ocupação de espaços estratégicos na consolidação de uma “instituição laboratório”, como foi o DASP, essa medida revelou-se de suma importância. Em 1942, em conferência pronunciada na Biblioteca Pública de São Paulo, intitulada “*Como a Biblioteca pode e deve servir ao Brasil*”, Sambaquy

(apud [Oddone](#), 2004), Sambaquy oferece uma visão moderna de biblioteca mais próxima à ideia de documentação, diferente do que até esse momento se entendia por biblioteconomia. E também demonstra que o DASP fazia sua parte na realização dessa tarefa: *"Poderemos fazer de nossas bibliotecas perfeitos laboratórios de pesquisa e estudo; poderemos fazer de nossas bibliotecas valiosos centros de informação e orientação profissional; poderemos fazer de nossas bibliotecas ricos e eficientes serviços de documentação; poderemos fazer de nossas bibliotecas preciosos centros de recreação intelectual e, ainda, poderemos fazer de nossas bibliotecas escolas ativas, de valor inestimável para a evolução da cultura e da educação em nosso país. Quem conhece a Biblioteca do DASP, quem já viu as suas duas pequenas e acanhadas salas cheias de mesas, estantes e leitores, dificilmente é levado a acreditar que ela possa realmente significar alguma coisa. No entanto, para nós ela muito representa. Representa, em um pequeno mas valioso ensaio, a biblioteca moderna, a escola ativa de que tanto necessitamos"* ([Oddone](#), 2004, p. 83-85)."

Quatro anos depois, [Lydia de Queiroz Sambaquy](#) instala, no Serviço de Documentação, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC): *"Atendendo diretamente às demandas daquele período para a racionalização do serviço público, o SIC oferecia uma resposta precisa para um dos problemas biblioteconômicos que mais pressionava essas bibliotecas: a catalogação de acervos."* ([Oddone](#), 2006, p. 47). A questão da catalogação nesse momento tornava-se um problema central no fazer bibliotecário. [Hunter e Bakewell](#) (1983) mencionam que essa prática remonta ao século VIII, passando por diferentes momentos que não vamos detalhar, até chegar ao primeiro catálogo nacional francês de 1791. Para os autores foram os eventos do século XIX que sentaram as bases para a catalogação moderna. O problema foi enfrentado ao longo das décadas por bibliotecários no seu fazer profissional, por instituições, organizações de classe e eventos nacionais e internacionais. *"Sem as noventa e uma regras de Panizzi não existiria o código Anglo-Americano de 1908, ou o código da ALA de 1941 e 1949, apesar de todas suas falhas eles pavimentaram o caminho para os trabalhos de Osborn, Lubetzky e a Conferência de Partis de 1961. O trabalho de Cutter sobre cabeçalhos de assuntos permitiram o refinamento de Kaiser, Coates e Austin; os catálogos cooperativos foram almejados por Jewett nos EUA e pelo Comitê Kenyon na Grã-Bretanha embora não tivessem uma proposta prática até o desenvolvimento dos métodos automatizados."* ([Hunter e Bukewell](#), 1983 p. 11

Eles justificam a importância dos catálogos comparando-os com as bibliografias. A bibliografia seria uma lista de livros ou outros materiais. Porém, elas têm uma limitação pelo fato de ser impossível listar todos os itens por países ou por assuntos, por exemplo. Já os catálogos, embora sejam também listas, possuem outro tipo de limitação: estão circunscritos unicamente ao material estocado fisicamente numa única biblioteca ou em algum grupo de bibliotecas. Nesse sentido, o catálogo é menos restritivo que a bibliografia pelo fato de que se preocupa com o material existente, não tem restrições de tema, língua etc. Dessa forma, a bibliografia estaria mais atrelada às bibliotecas e ao sentido humanista delas e os catálogos aos centros de documentação e ao sentido científico e tecnológico deles?

"a adesão majoritária a uma norma específica levou vários anos, ela foi produto de testes, provas e aceitação consensual. Ainda em 1970, [Fonseca](#) (1988) mencionava que: "Durante muitos anos os bibliotecários dividiram-se entre as Norme per il Catalogo Deglistampati, da Biblioteca Apostolica Vaticana, e as Cataloguing Rules fou Author and Titles Entries da American library Association, combinadas com as Rules for Descriptive Cataloging da Library of Congress. Na primeira edição brasileira do código da Biblioteca Vaticana, a diretora da Biblioteca do DASP que era uma espécie de Papisa [Lydia Sambaquy] da biblioteconomia nacional – justificava sua imediata utilização em nossas bibliotecas pela "riqueza de detalhes" e "caráter latino que o aproxima de nossa língua e do nosso espírito". ([Fonseca](#), 1988, p. 290)

Portanto, a colaboração entre catálogos era algo desejado por todas as bibliotecas para maximizar seus recursos oferecendo ao usuário maior possibilidade de escolha dentro dos estoques bibliográficos. Foi o que Sambaquy conseguiu à frente da biblioteca do DASP, integrando os catálogos das bibliotecas cooperantes, e com isso oferecendo novo modelo de

bibliotecas agindo em conjunto; e, para [Odone](#) (2006), colocando as bases para uma biblioteconomia “*forte e uniforme*”. O papel emblemático e marcante de Lydia de Queiroz Sambaquy no cenário da biblioteconomia continuou depois de sair do DASP, apesar da queda de Getúlio Vargas em 1945: com o fim do Estado Novo, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do DASP, do qual continuou como diretora, é transferido para a Fundação Getúlio Vargas.

Porém, o SIC fora criado em 1942 com a participação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o departamento Administrativo de Serviços Públicos (*DASP*) e a Fundação Getúlio Vargas com a finalidade de resolver os problemas dos trabalhos de catalogação e classificação nas bibliotecas brasileiras. Também tinha por finalidade reduzir o custo da catalogação e aperfeiçoá-la, fomentar a cooperação entre bibliotecas, contribuir para a formação de catálogos coletivos e facilitar a pesquisa bibliográfica. Fizemos esse percurso para destacar a maneira como o Estado brasileiro, como máquina de governabilidade, se moderniza no século XX. A modernização pressupunha a criação de um órgão de gestão da própria administração pública e, dentro dele, a necessidade de uma biblioteca que desde o início se delineia como órgão articulador e introdutor de novas práticas profissionais documentárias. Isso mostra, por outro lado, senão um projeto político claramente enunciado, pelo menos a adequação à política de um novo projeto profissional encampado pela biblioteca do *DASP*. Nascida dentro da própria administração pública, a biblioteca do DASP e especificamente o SIC tornaram-se instituições regulamentadoras de um novo regime de validação profissional.

O segundo governo Vargas

Depois da Era Vargas (1930-1945) sobrevém um período de cinco anos de mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), democraticamente eleito, para depois Vargas assumir o poder (1951 a 1954), desta vez pelo voto. Internacionalmente, o acontecimento mais importante, aquele que articulou a política mundial por várias décadas e que se iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi a Guerra Fria. Ela foi uma ameaça permanente no dia a dia dos habitantes do mundo durante várias décadas. A ameaça era a de que a qualquer momento poderia desencadear uma guerra nuclear entre as duas superpotências que se ergueram depois do conflito: os EUA e a URSS. Porém, a guerra nunca chegou, e tal como [Hobsbawm](#) (1995) sugere, esses dois países sempre souberam que nunca se chegaria a esse desenlace: *"A peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais do que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência"* ([Hobsbawm](#), 1995, p. 224)

O “terremoto tecnológico” ocasionado pela Guerra Fria carregava três fatos novos: 1) *ele transformou absolutamente a vida cotidiana do mundo rico e mesmo, em menor medida, do mundo pobre*; 2) *a complexidade da tecnologia requeria também complexos modos de produção. Isto é, começou a se investir em pesquisa como uma etapa incorporada da produção. “Pesquisa e desenvolvimento” deixaram de ser isolados para integrar um contínuo na produção e na procura da inovação. Aumentam-se e institucionalizam-se os investimentos em centros de pesquisa e pesquisadores. Por exemplo, na década de 1970 os países ricos tinham mil cientistas para cada milhão de habitantes, o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, Nigéria 30*; 3) *Com exceção dos cientistas e técnicos especializados, as novas tecnologias exigiam pouca mão de obra. Porém, a enorme escala de produção e seu consequente consumo fez com que aumentassem as fábricas e os serviços, absorvendo a mão de obra fosse rapidamente no complexo sistema capitalista instaurado a partir da década de 1950.*

A respeito dessa conjuntura do segundo governo Vargas diz César Guimarães: *"Vargas e suas idas e vindas. À realidade contraditória de suas políticas podemos acrescentar/contrapor realidade não menos tangível: a de seus atos de fala, mensagens percebidas por inimigos e adeptos como consistentes com uma direção – nacionalismo de apelo democrático combinado a intentos (frágeis e ainda assim combatidos) de “liberalização” nas relações com as classes trabalhadoras. ... Não obstante, sugiro que o claudicante nacionalismo varguista – derrotado em momento crítico da Guerra Fria – não pode sequer se expressar sem que isto envolva*

dirigir-se às classes populares. Porque associa questões de soberania, desenvolvimento econômico e participação popular – em termos econômicos e políticos, situa-se à esquerda do espectro político nacional e internacional naquele momento" (Guimarães, 2001, p.164)

Para [Tarapanoff](#) (1992) a ciência brasileira se construiu em decorrência de acontecimentos e fatos esporádicos ao longo da história, até meados do século XX. A intervenção do Estado no setor sempre respondeu a problemas imediatos que deram lugar à criação da Escola de Minas de Ouro Preto, ao Instituto Agrônomo de Campinas, ao Instituto Butantã e ao Instituto Oswaldo Cruz, no século XIX e início do XX, por exemplo. As intervenções pontuais, no século XIX, se tornam depois num planejamento global centralizado. O ano de 1951 foi um momento de realizações das políticas de Vargas que respondiam diretamente às demandas de uma educação capaz de lidar com as inovações tecnológicas necessárias para o incremento da produtividade, para a qual se fazia necessária a intervenção direta do Estado.

Mencionamos três iniciativas, a primeira, mais ampla, respondia à política de consolidação do ensino público iniciada em 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a criação de uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que posteriormente seria a CAPES (1951). Fruto dessa comissão foi a implementação do Programa Universitário em 1953. No ano de 1961 a CAPES ficaria subordinada diretamente à Presidência da República, para voltar ao Ministério da Educação e Cultura em 1964. A segunda foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A Lei 1.310 (1951) previa que fosse sua finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (art. 1). Também tinha entre outras atribuições: promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior, e auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos. Propunha-se também relacionar-se com instituições nacionais e estrangeiras “para intercâmbio de documentação técnico-científica”. O fato que mais chama nosso interesse é o artigo 10, que menciona que a Divisão Administrativa terá a seu cargo os serviços de Administração, Contabilidade e “Documentação”.

A terceira foi a Conferência da UNESCO de 1951, realizada em São Paulo (1953). A Conferência sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas Públicas na América Latina realizou-se na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo de 3 a 12 de outubro de 1951. Seu objetivo era identificar os problemas desse tipo de bibliotecas na região e apontar recomendações para seu desenvolvimento e extensão. Assistiram ao evento 119 bibliotecários (63 brasileiros), 56 representantes de 17 países e dele de organizações. A participação superou as expectativas da organização que tinha previsto um evento de no máximo 60 pessoas ao todo, devido às grandes distâncias e aos elevados preços das passagens na época.

A reunião foi produto de uma política da UNESCO que possuía um programa permanente de desenvolvimento e promoção de bibliotecas públicas ao redor do mundo. Em 1948 e em 1950 já se tinham realizado reuniões na Grã-Bretanha e Suécia, respectivamente.

Porém, era a primeira vez que se realizava uma reunião para abordar os problemas específicos da América Latina. Ela também foi consequência de uma reunião anterior ocorrida em Washington em 1947, a Assembléia de Bibliotecários das Américas, organizada pelo Departamento de Estado dos EUA e pela Library of Congress com apoio da União Pan-americana. Devido ao grande número de problemas apresentados nessa reunião, recomendou-se outra, que foi materializada na Conferência de São Paulo. A Conferência ficou claramente configurada como um projeto da UNESCO e da OEA, que contou com o convite do governo brasileiro para que se realizasse em São Paulo, sede da então melhor biblioteca pública da América Latina.

"Nos meses de fevereiro a março de 1951, um funcionário da UNESCO visitou dez países latino-americanos para concertar os acordos necessários para a Conferência, estudando os possíveis planos para sua realização com bibliotecários e funcionários responsáveis do governo. Procurava-se saber quais seriam os temas de ordem e assegurar uma representação de pessoas bem qualificadas" (UNESCO, 1953, p. 12). No mês de maio foram enviados os convites aos

países participantes e nos meses posteriores os representantes dos países enviaram 21 documentos de trabalho. O evento foi aberto pelo reitor da USP, Ernesto Moraes Leme, que falou também em nome do ministro da Educação e do governador de São Paulo. Posteriormente, Paulo Carneiro, presidente do Conselho Executivo da UNESCO, discursou sobre “*A UNESCO e América Latina*”. Outros importantes executivos da UNESCO discursaram no dia seguinte: Jean Thomas (*diretor do Departamento de Atividades Culturais da UNESCO*) falou sobre as atividades de seu departamento na região e dos resultados práticos que esperava da Conferência. Arthur Gropp (*diretor da Biblioteca da OEA*) informou sobre os trabalhos de sua organização. E Everett N. Petersen (*chefe da seção de Bibliotecas Públicas da UNESCO*) descreveu os projetos da sua instituição destinados à promoção das bibliotecas na região. Sergio Milliet, diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, foi eleito presidente da Conferência. O evento foi amplamente noticiado e difundido pela imprensa local e internacional, e houve uma recomendação explícita aos participantes para que divulgassem o evento e seus resultados na volta aos seus países de origem.

Com a finalidade de encaminhar devidamente as discussões criaram-se quatro comitês: desenvolvimento dos serviços de bibliotecas públicas em escala regional ou nacional, ação interamericana necessária para o desenvolvimento de bibliotecas públicas, serviços de bibliotecas infantis em bibliotecas públicas e escolares e Preparação profissional para o trabalho nas bibliotecas públicas. Quanto ao relatório, ele se dividia em cinco partes, uma geral e quatro correspondentes aos eixos pautados pelos grupos de trabalho. E ainda interessantíssimos artigos, curtos, discutem todos os aspectos das bibliotecas públicas desde suas próprias óticas institucionais. O relatório incluía recomendações em anexo. Acharmos importante mencionar as infelizmente pouco estudadas recomendações do evento, porque elas serviriam como indicadores do percurso que depois tomaria a biblioteconomia no país. Nelas, formularam-se os objetivos e finalidades das bibliotecas públicas: a vinculação das bibliotecas à educação, notadamente ao apoio das campanhas de alfabetização, o papel e capacitação do bibliotecário, as obrigações econômicas do Estado a respeito da manutenção das bibliotecas, E a criação e atuação de associações representativas de classe.

Algumas medidas de caráter prático também foram recomendadas: *1) criação do Centro de Intercâmbio de Publicações, intermediado pela OEA e, paralelamente, a extensão desse serviço – que já vinha sendo oferecido pela UNESCO – para outros países do mundo; 2) catalogação cooperativa e centralizada, pela qual as bibliotecas deveriam desenvolver, em âmbito regional, sistemas de catalogação centralizados.* Segundo Sambaquy, autora da parte correspondente à catalogação no relatório, no momento da implementação do SIC, o maior problema era a falta de catalogadores e revisores devidamente treinados. A incompreensão da importância desse serviço fazia os trabalhos mais difíceis. Em 1953, o serviço possuía fichas de 69 bibliotecas, 57 situadas na cidade do Rio de Janeiro, e outras 12 em diferentes cidades do país. Também existiam bibliotecas que não cooperavam, mas que faziam assinatura de fichas correspondentes a determinadas matérias. No momento do relatório, a FGV e o SIC realizavam um catálogo coletivo nacional constituído por exemplares de cada ficha impressa e pelas fichas correspondentes a vários fundos de diversas bibliotecas do então Distrito Federal. Mas o Relatório (1953) não se restringia unicamente ao problema da catalogação, ele foi muito mais amplo, abarcando aspectos gerais e lineamentos para a criação, funcionamento e implementação das bibliotecas públicas nos países participantes do evento.

E, por último, a recomendação propunha *3) a criação de centros bibliográficos. Todos os países da América Latina deveriam criar seus centros bibliográficos nacionais. As funções que esses centros deveriam realizar eram: a) preparar bibliografias nacionais e regionais anuais; b) recopilar uma bibliografia retrospectiva nacional; c) fomentar e preparar bibliografias nacionais; d) preparar um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do país; e) compilar guias de fontes de informação; f) cooperar internacionalmente no campo da bibliografia; g) recopilar uma bibliografia de bibliografias com o fim de atualizar a Bibliography of Latin American Bibliographies; e h) realizar a catalogação analítica de publicações periódicas e editar seus respectivos índices. Ainda houve uma recomendação final direcionada à própria UNESCO, para que quando ela criasse o centro piloto lembrasse que tanto Uruguai como Brasil viam com agrado serem escolhidos para sua implementação.*

Paulo Carneiro foi um cientista carioca que estudou no Instituto Pasteur na França. Em 1944, com a libertação do país, voltou ao Brasil, e em 1946 representou o país na primeira Assembleia das Nações Unidas e na comissão preparatória de criação da UNESCO. A partir desse momento, permaneceu nesse órgão recém-criado, primeiro como ministro e depois como embaixador, até 1965; e, por último, como delegado do Brasil nas conferências gerais, até 1978. Na UNESCO, esteve à frente de grandes projetos de impacto. [Carneiro](#) (1977) menciona que, desde sua criação, a UNESCO se dedicou a melhorar os meios de informação no mundo, motivo pelo qual sempre foram prioritários na sua agenda. Desde um primeiro momento, foi questão de primeira ordem do seu plano de trabalho a defesa das bibliotecas e arquivos, como centros de conservação e criação do saber. Proclamou que as bibliotecas deveriam ser de livre acesso e propôs a criação de redes que possibilitariam esse direito às populações do mundo. Não preocupada unicamente com as bibliotecas públicas, a UNESCO também defendeu a criação e integração, num sistema, das bibliotecas escolares e universitárias.

O autor continua dizendo que a UNESCO sempre teve contato com a FID (*Federação Internacional de Documentação*) e a FIAB (*Federação Internacional de Associações Bibliotecárias*), entidades que sempre receberam o apoio dessa instituição quando realizaram encontros que promovessem a ampliação das bibliotecas. Da mesma forma, aos seus países membros lhes era oferecido apoio técnico e programas de bolsas de capacitação de profissionais. Atendia também às bibliotecas nacionais na sua missão de criar bibliografias e normas para o tratamento documental. E publicava ainda um boletim especializado.

Para [Lemos](#) (1986), o interesse do governo em fomentar o desenvolvimento da informação científica e tecnológica, aparece como uma decorrência da iniciativa da UNESCO de criar centros nacionais de documentação em países em desenvolvimento. Para [Silva](#) (1994) foram três os momentos da intervenção da UNESCO na América Latina: criação de centros nacionais de informação (*décadas de 1950 e 1960*), criação de sistemas nacionais de informação (*década de 1970*) e formulação de políticas nacionais de informação (*década de 1980*). *"Assim sendo, desde o início, na área cultural, [a UNESCO] fomentou a criação de bibliotecas públicas e serviços bibliográficos. Promovendo o conceito de planejamento integrado de bibliotecas, serviços de documentação e arquivos em nível nacional ... Também, como parte do programa científico, a UNESCO desenvolveu diversos programas com o objetivo de facilitar o acesso à informação por parte dos cientistas. Os citados programas relacionavam-se com: - criação de serviços de bibliografias analíticas; - estabelecimento de terminologia e publicação de dicionários em idiomas; - serviços de traduções científicas. O Programa de Assistência Técnica, da UNESCO, prestava ajuda aos governos para a criação de centros nacionais de documentação"* ([Silva](#), 1994, p.379).

Depois da Conferência de São Paulo de 1951, Sambaquy viajou para Europa e EUA em 1952: *"por intermédio de Paulo Carneiro, representante do Brasil na UNESCO, Lydia foi indicada, juntamente com Jannice Monte-Mor, para percorrer durante quase um ano, as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e dos Estados Unidos. A viagem, que se beneficiou da política da UNESCO de fomentar o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais contou ainda com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, foi decisiva para ampliar as idéias de Lydia sobre a estrutura que um órgão dedicado ao trabalho bibliográfico deveria ter para impulsionar as atividades científicas e tecnológicas nacionais."* ([Oddone](#), 2006, p. 49)

Depois de um período no qual o DASP e sua biblioteca sofreram aprofunda perda de liderança, a proposta de nova profissão bibliotecária calcada dos modelos documentalistas refugiava-se no CIC, agora alojado na Fundação Getúlio Vargas. Esse novo momento se caracterizou pelos lineamentos da UNESCO para uma cooperação internacional em ciência e tecnologia, apresentando-se como ocasião ideal para criar um centro, agora sim documental, não mais atrelado unicamente à administração pública, mas também à pesquisa nacional em ciência e tecnologia. Isto é, isso significava uma continuação ou adaptação ao imperativo de modernização na segunda metade do século XX. Para [Carneiro](#) (1977), o apoio da UNESCO foi também decisivo para a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Apoio que ele se encarregou de oferecer pessoalmente para Sambaquy quando foi representante do Brasil perante esse órgão internacional: *"O papel que desempenhou o IBBD no quadro do nosso desenvolvimento foi-nos altamente benéfico. Devemos-lhe tanto a remodelação dos nossos métodos de documentação e bibliografia, como a formação de pessoal qualificado para os serviços das nossas bibliotecas e dos nossos arquivos. A alta proporção de mulheres que atraiu para os seus postos de ensino e de pesquisa deu-lhe a feição singular de um gineceu de brilhantes especialistas. Criado sob os auspícios da UNESCO, a pedido do Governo brasileiro, foi o IBBD planejado pela Prof^a Lydia Sambaquy, sua ilustre diretora, durante vários anos. Tive, então, o prazer de prestar-lhe a colaboração que ela solicitou para obter da UNESCO o auxílio financeiro e técnico necessário à instalação e ao início dos trabalhos do Instituto"* ([Carneiro](#), 1977, p. 2).

O IBBD foi criado mediante o Decreto 35.124 (1954). Através desse decreto, o IBBD, segundo o parágrafo único, "executará o seu programa de atividades de acordo com os objetivos e interesses do Conselho Nacional de Pesquisas, do Departamento Administrativo do Serviço Público e da Fundação Getúlio Vargas" (1954). As tarefas de preparação bibliográfica seriam "solicitadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto" (parágrafo único, inciso "e"). No artigo 4º. menciona-se também que o Instituto seria administrado por um Conselho Diretor, no qual se fariam representar o Conselho Nacional de Pesquisa, a Fundação Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público e outras entidades colaboradoras. E que seria mantido pelas dotações e contribuições que lhe destinassem o Conselho Nacional de Pesquisa, a Fundação Getúlio Vargas e demais entidades colaboradoras.

Como mencionamos anteriormente, um dos vários apoios que a UNESCO oferecia a seus membros era a de facilitar consultorias para projetos específicos de implementação de centros, sistemas ou políticas. [Silva](#) (1990) menciona que em 1953 desembarcava no Rio de Janeiro o bibliotecário sul-africano Herbert Coblans, que vinha como consultor da UNESCO junto ao governo brasileiro para acompanhar o projeto-piloto relativo à criação de um Centro Bibliográfico Nacional. Ele foi recebido por representantes do Conselho Nacional de Pesquisa e da Fundação Getúlio Vargas, entidades responsáveis pela criação do Centro. Coblans possuía longa e sólida carreira, que incluía o cargo de bibliotecário dentro da própria UNESCO.

Produto das atividades desenvolvidas por Coblans no Brasil de fevereiro de 1953 a julho de 1954 foi o relatório que ele apresentou descrevendo suas atividades no país, documento publicado em 1990 por Luis Antonio Gonçalves da Silva. Coblans (1990) menciona que o projeto da UNESCO de criar um Centro Nacional Bibliográfico ao estilo do mexicano lhe foi expresso pelo representante brasileiro Paulo Carneiro. Esperava-se ainda que o comitê de Assistência Técnica da UNESCO contribuísse com 50.000 dólares, verba que no final não foi atribuído. Mencionamos que o Instituto Bibliográfico Mexicano foi criado em 1899 como parte da Biblioteca Nacional, tendo como função a elaboração da bibliografia geral do México. No entanto, por falta de verbas, ele fecha em 1909. Em 1967 cria-se o Instituto de Investigaciones Bibliográficas sob a dependência da Universidad Autónoma de México (UNAM) com o objetivo de coordenar os trabalhos da Biblioteca e Hemeroteca Nacionais. O relatório menciona que as articulações para a criação do centro já tinham começado oficialmente nos meses de outubro e novembro de 1952, identificando como responsáveis pela execução do projeto o CNPq e a FGV, enquanto o IBECC (Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura, foi criado em 1946 por recomendação da UNESCO, permanecendo a ela vinculado), seria o responsável por criar uma comissão que redigiria o projeto de constituição do centro. Menciona ainda que essa equipe se reuniria com o presidente do CNPq, [almirante Álvaro Alberto](#), para explicar os propósitos.

No momento de sua chegada ao Rio de Janeiro, a situação da criação do órgão não era nada favorável por dois motivos: 1) *até esse momento a questão financeira do Centro se fundamentava unicamente nas promessas de Álvaro Alberto ao presidente da FGV, Simões Lopes. Mas, no momento da chegada de Coblans ao Rio, Álvaro Alberto se ausentou do país por um período de seis meses. Paralelamente, Otavio Martins, funcionário do CNPq e contato de*

Coblans, pede demissão; 2) a comissão criada pelo IBICC reunira-se somente uma vez e não chegara a um acordo sobre a questão legal e financeira do Centro.

No mês de maio, depois de dois meses de discussões, havia apenas um esboço dos estatutos, que foi submetido ao Conselho Deliberativo do CNPq através do representante Viana Dias. Nesse documento recomendava-se reduzir seus objetivos e custos. A reação do presidente da FGV, Simões Lopes (ex-diretor do *DASP*), foi a de recusar esses cortes. Com Lopes, Coblans e Viana Dias delinearum um plano para um Centro que fosse unicamente do CNPq. Foi nesse momento que Álvaro Alberto volta ao Brasil e veta o projeto de Coblans e Viana Dias. No primeiro encontro de Coblans e Álvaro Alberto, este último foi muito enfático em mencionar que o CNPq não havia sido consultado sobre a ajuda que ofereceria à UNESCO para a criação do Centro, motivo pelo qual não tinha nenhuma obrigação com a entidade internacional. No entanto, o presidente da FGV continuava tratando de persuadir o presidente do CNPq para retomar o projeto original. Surpreendentemente, em dezembro Álvaro Alberto mudou de opinião, expressando que submeteria um projeto ao presidente Vargas, uma vez que o CNPq estaria recebendo dinheiro para abrir o Centro.

Um mês depois, em janeiro, os presidentes do CNPq e da FGV submeteram ao presidente Vargas um decreto não muito diferente do anterior, mas no qual as duas instituições se responsabilizariam, de forma equitativa, pela criação no Centro. Porém, como todo decreto, ele tinha que passar pelo *DASP* antes de ser assinado pelo presidente. Quando o decreto foi publicado, introduziu-se o *DASP* como mais um responsável. O pretendido caráter de Centro Bibliográfico de amplo escopo, como o do México, se viu restrito à ciência e tecnologia. Sambaquy ficou como diretora e Vianna Dias, até então executivo do CNPq, como subdiretor.

No final do seu relatório, Coblans (1990) colocou alguns pontos de vista e interpretou sua missão no Brasil e a maneira e o porquê da criação do IBBD, e não um Centro Nacional Bibliográfico. Em primeiro lugar, menciona a ideia de criar um centro piloto para América Latina no Brasil, rapidamente demonstrando ser uma questão ilusória devido ao surpreendente pouco interesse bibliográfico do Brasil pelo resto da América Latina. Questão devida, parcialmente, à lentidão das comunicações, mencionando que pouco se sabia no Brasil sobre o que acontecia em outros países da região. Destaca ainda que a UNESCO deveria ter criado vários centros regionais na América Latina, dos quais um seria do Brasil; e que sua criação poderia ser feita numa negociação direta entre a UNESCO com o governo brasileiro, sem passar por qualquer outra agência. A segunda falha se encontrou no fato de que desde o momento em que o IBBD ficou sob jurisdição do CNPq (*um centro especializado*), ele perdeu suas ligações com os órgãos nacionais bibliográficos: a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Mas, se fosse procurada uma aproximação com a Comissão Nacional de Bibliografia, algumas das funções esperadas do original Centro Nacional Bibliográfico poderiam ser recuperadas.

Por último, a decisão do CNPq de não aceitar a ajuda da UNESCO, uma vez criado o IBBD, refletiu sua decepção pelo fato de órgão da ONU não cumprir com a ajuda econômica oferecida no início da execução do projeto. Por outro lado, a realidade administrativa do país era muito diferente daquela da UNESCO. Motivo pelo qual os consultores internacionais deveriam atuar em casos muito específicos, mesmo porque, ao ver do autor, os profissionais bibliotecários brasileiros, à diferença de outros países subdesenvolvidos, possuíam alto nível profissional. Três meses depois da sua criação, era aprovado o Estatuto do IBBD (1954b), o qual, em seu artigo 1º, determinava que sua criação estivesse de acordo com os decretos de criação do CNPq e do próprio IBBD. E, no parágrafo único: “Constituirá principal escopo do I. B. B. D. prover informação científica e tecnológica aos pesquisadores que a solicitarem”. No artigo 2º se faz menção às atividades do Instituto, priorizando-se em todo momento que essas atividades fossem encaminhadas para o campo científico e tecnológico. E, no artigo 1º do capítulo 3, fica evidenciado que a entidade que prevaleceria na regência do IBBD seria o CNPq, quando menciona que o presidente e o vice-presidente do Conselho Diretor seriam nomeados por essa entidade. Tratando-se de um regimento, o decreto 35.430 (1954b) regulamentava as atribuições dos serviços a serem prestados por cada uma das seções que comporiam o IBBD. Assim ficava evidenciado, por exemplo, o caráter de centro de documentação do Serviço de Informações Técnico-Científicas:

“O Serviço de Informações Técnico-Científicas terá por atribuições fundamentais: prover aos pesquisadores documentação, científica ou tecnológica, enviando-lhes cópias dos textos de que necessitarem; promover o intercâmbio de informações entre as instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras; fornecer dados bibliográficos a pedido; divulgar, no País e no estrangeiro, os trabalhos técnico-científicos brasileiros; promover a divulgação dos serviços do I. B. B. D.; realizar, a pedido, traduções de trabalhos científicos e tecnológicos; e prestar assistência técnica a bibliotecas especializadas ou a centros de documentação, promovendo, quando necessário, cursos especiais de treinamento para bibliotecários e documentalistas.” (decreto 35.430, 1954b)

Enquanto que os outros serviços cumpririam as seguintes funções:

“O Serviço de Bibliografia terá por atribuições fundamentais compilar a bibliografia corrente técnico-científica brasileira; compôr bibliografias de interesse para o C.N.Pq., a F.G.V., o D.A.S.P. e instituições que lhes são subordinadas, incluídas no Programa Anual de Trabalho do I.B.B.D.; compilar, a pedido de pessoas ou instituições, bibliografias diversas. O Catálogo Coletivo terá por atribuições a composição de um repertório bibliográfico que inclua os acêrvos das principais bibliotecas brasileiras e a localização de periódicos ou livros procurados por estudiosos e por instituições. A biblioteca terá por finalidade reunir um acêrvo de livros, periódicos e, sobretudo, de revistas científicas e técnicas especializadas que não possam ser encontrados em outras bibliotecas do País; colecionar os documentos técnico-científicos inéditos; e servir como centro para empréstimos entre bibliotecas, no âmbito nacional e internacional. O Serviço de Publicações e Divulgação terá como atribuições fundamentais promover a impressão de fichas de serviço de Intercâmbio de Catalogação, dos boletins e bibliografias do Serviço de Bibliografia e demais publicações do I.B.B.D. O Laboratório de Reproduções Fotográficas tem por atribuição reproduzir, pelos diversos processos foto-mecânicos que forem mais convenientes, os documentos necessários à pesquisa e ao estudo, cabendo-lhe, ainda, estudar o aperfeiçoamento desses processos. Ao Serviço de Administração compete prestar os serviços de administração geral que se fizerem necessários à consecução das finalidades do I.B.B.D. (decreto, 1954b)”

Como podemos observar, o decreto restringia as obrigações e funções bibliográficas aos interesses específicos das três instituições às quais deveria servir; da mesma forma que a biblioteca deveria reunir publicações de interesse científico. Por outro lado, o serviço de catalogação era aberto para coordenar todos os catálogos do país. O Instituto deveria publicar tanto as fichas catalográficas como os boletins, mostrando sua articulação com a bibliografia e a catalogação.

Evidenciando as propostas

Embora todo corte temporal seja sempre arbitrário, desde a década de 1920 até a década de 1940, notadamente nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, se inicia uma preocupação com aquilo que seria ser “*nacional*”. O nacionalismo do século XIX adquire novas roupagens no século XX, em torno da discussão entre tradicionalismo e modernidade. A questão principal era, no caso do Brasil, como ser moderno sem deixar de ser “*brasileiro*”? Pergunta que por si só já evidenciava uma produção discursiva de um nacionalismo baseado na tradição. Na esfera política, a resposta foi o surgimento de regimes populistas e autoritários, que pretendiam atender as demandas das maiorias despossuídas sem mermar os interesses da minoria abastada. Concomitantemente, e como consequência dessas demandas, os governos começam a delinear um Estado pretensamente ágil na execução de suas decisões e eficaz em sua função administrativa.

Depois da Segunda Guerra o imperativo político do Estado era outro. A percepção de que a ciência e a tecnologia definiram a vitória dos Aliados fez com que os governos olhassem para essas atividades como estratégicas para sua sobrevivência, ainda mais na época da Guerra

Fria. Por outro lado, o discurso desenvolvimentista da política internacional e de suas instituições representativas também privilegiaram essas atividades por serem consideradas como o único meio de erradicar a fome e a miséria, além de serem universais e portanto apolíticas. A ciência e a tecnologia deveriam ser o pivô em todos os países, qualquer que fosse sua orientação política, para alcançar o sonhado desenvolvimento.

Conforme apontamos no início desta apresentação, uma disciplina não se constitui unicamente pelos aportes reflexivos para a construção da sua epistemologia, mas, em igual medida, também pelas articulações políticas da criação de suas instituições e as articulações dos seus representantes para ocupar lugares dentro dela. No caso analisado, tanto a biblioteca do DASP como o IBBD, além de responderem, também são produção imediata do poder do Estado que pretende criar órgãos que no campo da bibliografia e da ciência respondam às demandas e se insiram na criação de um projeto nacional.

Finalmente, percebemos que existe uma mobilização de personalidades entre diferentes instituições, que numa conjuntura favorável puderam executar seus planos de criação do novo IBBD. Esse momento também foi marcado pela presença internacional na UNESCO de Paulo Carneiro, que em todo momento aparece como articulador e visionário. Isso demonstra que os agentes envolvidos souberam aproveitar as brechas que as políticas do governo ofereciam influenciadas pelo contexto internacional E, evidenciam-se também as articulações pessoais dos representantes institucionais e os dispositivos legais que, associados num momento determinado, servem não unicamente como balizadores, mas como dispositivos iniciais de uma ciência.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto 20.673. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1931.

_____. Decreto No. 29.741, Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1951.

_____. Decreto No. 35.124. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1954.

_____. (b) . Decreto Nº. 35.430. Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I. B. B. D.) Rio de Janeiro 29 de abril de 1954.

_____. Decreto-Lei No. 579. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1939.

_____. Decreto-Lei No. 2.039. Transforma o Serviço de Publicidade do Departamento Administrativo do Serviço Público em Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1940.

_____. Lei No. 1.310. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1951.

CARNEIRO, Paulo. E UNESCO e a informação. *Ciência da Informação*. v. 6, n.1, 1977.

COBLANS, Herbert. National Bibliographical Center in Brazil. *Ciência da Informação*. V. 19, n. 1, 1990. p. 91-101.

DAY, Ronald E. Tropes, history, and ethics in professional discourse and information science. *Journal of the American Society for Information Science*. Vol. 51, n. 5, 2000, p. 469-175.

FONSECA Edson N. da. Problemas Brasileiros de Documentação. Brasília: IBICT, 1988.

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek: A longa distancia entre a Petrobras e Brasília. EM. Maria A. R. de Carvalho (org.) República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HUNTER, Eric J. and K. G, B, Bakewell. Cataloguing. London: Clive Bingley, 1983.

LEMONS, de Antonio A. Briquet. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. *Ciência da Informação*. v. 15, n.2, 1986, p. 107-115.

LOPEZ, Luiz R. República. São Paulo: Contexto, 1997.

LOPEZ YEPEZ, J. La documentación como disciplinas. Teoría e historia. Pamplona: EUNSA, 1995.

ODDONE, Nanci. Ciência da Informação em Perspectiva: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil 1930 – 1970). Rio de Janeiro 2004. 157. Tese de Doutorado em Ciência da Informação. Ibict/UFRJ/ECO, 2004.

_____. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. Ciência da Informação. v. 35, n. 1, 2006. p. 45-56.

RAYWARD, W. Boyd. The origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation of Information and Documentation (FID) Historical Studies in Information Science. T.B Hahn (org.) Medford: ASIS, 1998.

SILVA, Luis S. Gonçalves. Programas de informação e documentação da UNESCO e seu impacto na América Latina. Ciência da Informação. v. 23, n.3, 1994, p. 379-382.

TARAPANOFF, Kira. A política científica e tecnológica no Brasil: o papel do IBICT. Ciência da Informação. v. 21, n.2, 1992, p. 149-158.

UNESCO. Desarrollo de las bibliotecas públicas em América Latina. Conferência de São Paulo. Leyden: UNESCO, 1953

VIANNA, W. Luiz. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. EM. Maria A. R. de Carvalho (org.) República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

Sobre o autor / About the Author:

Eduardo Ismael Murguia

murguia@vm.uff.br

Pós doutor pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (2010). Professor da Universidade Federal Fluminense.